

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
DA CONTABILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DO IBS E DA CBS	17
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
<i>Fernando Dubeux Mattos</i>	
1 Introdução	17
2 Evolução histórica da não cumulatividade nos tributos brasileiros	18
3 A instituição da não cumulatividade do IBS e da CBS	19
4 As demonstrações contábeis e sua função informativa	21
5 Questões relacionadas à contabilização dos créditos de tributos não cumulativos	22
6 Conclusões preliminares sobre o tema	26
REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE INDICADORES FINANCEIROS E DE <i>PERFORMANCE</i>	27
<i>Alexandre Gonzales</i>	
1 Introdução	27
2 Definição de alíquotas e cálculos comparativos no cenário atual	29
3 Definição de alíquotas e cálculos comparativos no cenário futuro	31
4 Adicionando novos componentes no cálculo	35
4.1 Resultado anual – empresa optante pelo lucro presumido	37
4.2 Resultado anual – empresa optante pelo lucro real	39
5 Reflexos sobre indicadores financeiros e de <i>performance</i>	41
5.1 Reflexos sobre indicadores financeiros	42
6 Conclusões	48
7 Referências	48
REFORMA TRIBUTÁRIA E O SETOR DE TURISMO E ENTRETENIMENTO	51
<i>Amira Chammas</i>	
1 Contextualização do setor de turismo e entretenimento no Brasil	51
2 Variáveis que impactam os empreendimentos e atrações turísticas	55
3 Reforma tributária para o setor de turismo e entretenimento	56
4 Lei Complementar n. 214, de 16 de janeiro de 2025	62
5 Controles contábeis pós-reforma tributária	66
6 Conclusão	67

O <i>SPLIT PAYMENT</i> NA LEI COMPLEMENTAR 214/2025	69
Ângelo de Angelis	
1 Introdução: o que é <i>split payment</i> ?	69
2 O sistema operacional: integração, plataforma unificada e centralização da arrecadação	70
3 As modalidades de extinção do crédito tributário e a implementação do <i>split payment</i> no novo modelo de tributação sobre o consumo	74
3.1 Modalidade do inc. I – compensação com créditos apropriados pelo contribuinte	74
3.2 Modalidade do inc. II – o pagamento pelo contribuinte	75
3.3 Modalidade do inc. III – recolhimento na liquidação financeira da operação (<i>split payment</i>)	76
3.4 Modalidade do inc. IV – recolhimento pelo adquirente	79
3.5 Modalidade do inc. V – pagamento pelo responsável	80
4 A condição dos créditos no novo modelo de apuração: do crédito gerado ao crédito utilizado	81
5 Situações especiais: pagamentos parcelados	82
Exemplo 1 – Compensação do débito antes do pagamento do saldo devedor do fornecedor e antes do vencimento da primeira parcela	83
Exemplo 2 – Pagamento do saldo devedor do fornecedor antes do vencimento da primeira parcela, sendo que os tributos da operação ainda não haviam sido compensados	84
Exemplo 3 – O fornecedor fica inadimplente com o seu saldo devedor, mas os tributos da operação já haviam sido compensados	85
Exemplo 4 – O fornecedor fica inadimplente com o seu saldo devedor, mas os tributos da operação não haviam sido compensados	86
6 Situações especiais: adiantamentos e pagamentos antecipados	88
7 Exemplo de apuração de IBS e CBS em uma conta fiscal de uma empresa	88
8 Conclusão: o <i>split payment</i> como parte integrante do novo modelo tributário digital	89
9 Referências	90
 INCIDÊNCIA DE IBS E CBS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA: NOVAS DINÂMICAS PARA A RELAÇÃO ENTRE TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE	 93
Carla Tredici Christiano	
Diogo Olm Ferreira	
Lia Barsi Drezza	
1 Introdução	93
2 PIS e Cofins e a relação com a contabilidade societária no setor elétrico	96
3 IBS e CBS: nova dinâmica de relacionamento com a contabilidade	103
3.1 O fato gerador na LC 214/2025	103
3.1.1 Introdução	103

3.2 O fato gerador para a energia elétrica	107
3.3 Créditos da não cumulatividade	110
3.4 Regimes especiais relevantes para empresas atuantes no setor elétrico	113
4 Conclusões	115

ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO NO SETOR IMOBILIÁRIO	117
--	-----

Cláudio Ricaldoni

Práticas contábeis	118
Aspectos tributários	119
Da reforma tributária sobre o consumo	121
Redutor de ajuste	123
Redutor social	127
Dedução pela aquisição de bens e serviços	127
Alíquota	129
Período de transição – regimes tributários	130
Regimes opcionais	131
Serviço de construção civil	133
Conclusão	134

IMPACTOS FISCAIS E CONTÁBEIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA CONSTRUÇÃO PESADA	135
---	-----

Diogo Negrão Raiol Ferreira

1 Introdução	135
2 O tratamento da construção pesada no âmbito da LC n. 214/2025	135
2.1 O crédito de materiais adquiridos para fornecimento	137
2.2 Redutor de alíquota	139
2.3 Regimes especiais, aquisição de bens de capital e regime de compras governamentais	140
2.4 Ressarcimento de créditos acumulados	143
3 Impacto da reforma tributária no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	144
3.1 Impacto no BDI e precificação do contrato	145
3.2 Registro contábil do IBS e da CBS e reequilíbrio contratual	148
3.3 Impactos no fluxo de caixa e na taxa interna de retorno do projeto	153
4 Conclusão	156
5 Referências	157

FATO GERADOR DE CBS/IBS COMO “ENTREGA” DA MERCADORIA, DO SERVIÇO E DO DIREITO	159
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
Introdução	159
1 Natureza jurídica da “operação” como fato gerador de CBS/IBS	160
2 Modalidades da “operação” como fato gerador de CBS/IBS	162
3 Conteúdo contábil do conceito de “fornecimento” como fato gerador de CBS/IBS	164
Conclusões	166
Referências	167
 ASPECTOS CONTÁBEIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA	 169
<i>Eliseu Martins</i>	
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	169
2 O método antigo do “valor bruto”	170
3 O método do “valor líquido”	174
4 E agora, com a CBS e o IBS? Primeiras impressões	176
5 Registro na aquisição do bem ou serviço	177
a) A conta CBS/IBS é mesmo um ativo?	178
b) A conta de fornecedores precisa ser subdividida?	181
c) E a validação do tributo a validar?	182
d) A conta de estoques tem alguma alteração?	183
6 O registro das receitas de vendas de bens e serviços	183
a) Mas, e a receita líquida?	183
7 O recebimento de clientes e o pagamento aos fornecedores	185
8 O recebimento de CBS/IBS a Compensar	187
9 Completando a operação	187
10 Só para ser chato... (aqui é só um dos autores...)	188
11 Resumo até agora – a grande diferença do <i>split payment</i>	189
12 Alguns problemas financeiros	190
a) Pagamentos e/ou recebimentos “em dinheiro”	190
b) Rotação dos estoques	191
c) Prazo de pagamento	191
d) Prazo de recebimento	192
e) Conjugação de efeitos	193
13 Conclusões	194
Anexo – Lançamentos contábeis do exemplo utilizado	196

REGIME ESPECÍFICO DAS OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS E SEUS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS NAS ATIVIDADES DO MERCADO IMOBILIÁRIO	197
<i>Isabella Fochesatto Panisson</i> <i>Arthur Pitman</i>	
Introdução	197
1 Operações imobiliárias envolvendo pessoas físicas	199
2 Operações imobiliárias envolvendo pessoas jurídicas	202
2.1 Incorporação imobiliária	207
2.2 Holding imobiliária: venda e locação de imóveis	213
2.3 Loteamento	216
2.4 Intermediação e administração imobiliária	218
2.5 Construção civil	220
3 Conclusões	222
 O REGIME ESPECÍFICO DE TRIBUTAÇÃO DA SAF ANTES E DEPOIS DA LC 214/2025: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	223
<i>Jorge Guilherme Moreira</i> <i>Marcos Pires Santos de Souza</i>	
Introdução	223
1 O Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) antes da reforma tributária do consumo	224
2 O Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF) depois da reforma tributária do consumo	226
3 Comparação entre o Regime de Tributação Específica do Futebol (Lei n. 14.193/2021) e o novo regime específico da SAF (LC n. 214/2025)	229
4 Aspectos contábeis da SAF antes e depois da reforma tributária do consumo	230
Conclusão	239
Referências	241
 TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE NO E-COMMERCE: DESAFIOS JURÍDICO-CONTÁBEIS DO IBS E DA CBS PARA PLATAFORMAS DIGITAIS	249
<i>Letícia Menegassi Borges</i>	
Introdução	249
1 Uma compreensão ecossistêmica das plataformas digitais	251
2 O regime de responsabilização das plataformas digitais na reforma tributária do consumo: exemplo prático de aplicação da perspectiva ecossistêmica e dos princípios da transparência e da cooperação	254

3 O papel da contabilidade para as plataformas digitais no contexto do IBS e da CBS	257
Considerações finais	260
Referências	260

TRATAMENTO CONTÁBIL E FISCAL DOS SALDOS CREDITORES DOS TRIBUTOS ATUAIS NA TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA	263
--	-----

Matheus da Cunha Silva

Thais Romero Veiga Shingai

1 Introdução	263
2 As regras para a utilização dos créditos no contexto da reforma tributária	264
2.1 Regras aplicáveis ao ICMS	264
2.2 Regras aplicáveis ao PIS/Cofins e ao IPI	267
2.2.1 Saldo credor de PIS e Cofins	268
2.2.2 Devolução de mercadorias	268
2.2.3 Créditos de PIS e Cofins oriundos de depreciação ou amortização	269
2.2.4 Créditos presumidos de CBS sobre estoque de bens	269
2.2.5 Prazo de utilização	270
2.2.6 IPI	271
3 As regras de contabilização dos tributos recuperáveis	271
4 Os saldos credores e os reflexos contábeis trazidos pela reforma tributária	274
4.1 Saldo credor de ICMS	274
4.2 Saldos credores de PIS, Cofins e IPI	277
5 Conclusão	279
6 Referências	281

ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS DA REFORMA NO SETOR FINANCEIRO (REGIME ESPECÍFICO)	283
--	-----

Nereida Horta

1 Introdução	283
2 Serviços financeiros	284
3 Reforma tributária do consumo dos serviços financeiros	288
3.1 Operações de crédito, de câmbio e com títulos ou valores mobiliários	291
3.1.1 Perdas no recebimento de créditos	293
3.1.2 Considerações adicionais sobre a base de cálculo e a alíquota	296
3.1.3 Apropriação dos créditos sobre os serviços financeiros adquiridos	298
4 Conclusão	300
5 Referências	302

SPLIT PAYMENT E AUTOMATIZAÇÃO TRIBUTÁRIA: INOVAÇÃO E GARANTIAS NA ERA DA APURAÇÃO DIGITAL	303
<i>Sílvia Piva</i>	

REFORMA TRIBUTÁRIA DIGITAL: COMO OS SISTEMAS DE ERP DEVEM SE ADAPTAR ÀS NOVAS REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO	309
<i>Tatiana Midori Migiyama</i>	

1 Introdução	309
2 Reflexões sobre impactos para a adequação dos ERPs	314
3 Automação contábil: adaptação dos sistemas de ERP	318
4 Breves considerações	323
5 Referências	326

NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DE IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM NOTAS EXPLICATIVAS	327
<i>Thiago Pereira Braga de Moraes</i>	
<i>Júlia Vituli</i>	

1 Introdução	327
2 Situações peculiares em que é necessário apresentar notas explicativas	329
3 Desafios na elaboração das notas explicativas	331
4 Notas explicativas e a reforma tributária	336
5 Conclusão	339
6 Referências	340